



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA
AUDIN/UFSM

PARECER DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO DE 2024

Junho/2025

PARECER: 001/2025 - AUDIN

INTERESSADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

1. INTRODUÇÃO

A Unidade de Auditoria Interna (Audin) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em estrito cumprimento ao disposto no art. 16 da Instrução Normativa SFC/CGU n 5, de 27 de agosto de 2021, apresenta o Parecer sobre a prestação de contas da UFSM, referente ao exercício de 2024.

O presente instrumento tem por objetivo expressar a opinião geral da Auditoria Interna com base nos trabalhos de auditorias individuais previstos e executados no âmbito do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) de 2024, nos termos do que estabelece o Capítulo IV da IN supracitada.

O escopo do Parecer reflete a síntese da opinião da Auditoria Interna sobre a adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos instituídos pela UFSM para fornecer segurança razoável quanto:

- I - à aderência da prestação de contas aos normativos que regem a matéria;
- II - à conformidade legal dos atos administrativos;
- III - ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras;
- IV - ao atingimento dos objetivos operacionais.

As informações sobre a execução do PAINT/2024 e os seus resultados estão detalhadas no Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT/2024), disponível em transparência ativa na página da Auditoria Interna da UFSM.

Os exames foram realizados de acordo com o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e com as normas internacionais de auditoria interna, que requerem que o auditor planeje e execute o trabalho de auditoria para obter um grau razoável de segurança de que os processos de governança, gestão de riscos e controles estão adequados e mitigam os principais riscos estabelecidos pela Instituição.

2. ADERÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS ATOS NORMATIVOS QUE REGEM A MATÉRIA.

A prestação de contas, no âmbito da Administração Pública, consiste na demonstração da aplicação dos recursos públicos, conferindo transparência e responsabilização na Gestão. Deve assegurar, por meio de mecanismos acessíveis, o controle social das atividades realizadas nas repartições públicas, além de viabilizar a avaliação por parte dos órgãos de controle institucional.

Nesse contexto, no âmbito da Administração Pública Federal, a organização e apresentação das contas dos administradores e responsáveis deve seguir as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos da Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020.

Nesse cenário, o Relatório de Gestão constitui um dos principais instrumentos que integram a prestação de contas das entidades e órgãos da Administração Pública Federal, sendo exigido pelo TCU como componente do processo de *accountability*. Por meio dele, são apresentadas informações e análises sobre a atuação institucional, os resultados obtidos, os riscos enfrentados e a conformidade da gestão com os princípios constitucionais.

Adicionalmente, a Corte de Contas definiu normas complementares para a prestação de contas, a partir da expedição da Decisão Normativa TCU nº 198/2022, a qual, em seu art. 8, determina que o relatório de gestão da Unidade Prestadora de Contas (UPC), na forma de relato integrado, será elaborado em conformidade com os elementos de conteúdo estabelecidos em seu Anexo, devendo atender às finalidades, disposições e princípios previstos nos artigos 3º e 4º da IN TCU nº 84/2020.

Desse modo, o Relatório de Gestão foi analisado com base nos critérios supramencionados. Importa ainda esclarecer que neste ano o documento foi analisado pela Audin utilizando a ferramenta de autoavaliação proposta pelo TCU¹, realizadas as devidas adaptações, para verificar o atendimento aos princípios estabelecidos no art. 4º da IN TCU 84/2020 e aos elementos de conteúdo previstos no Anexo da Decisão Normativa TCU nº 198/2022.

2.1 Resultados da avaliação da Auditoria Interna quanto aos princípios.

A partir da aplicação do instrumento de avaliação proposto pelo TCU, com base na análise do Relatório de Gestão 2024 da UFSM, foram examinados os aspectos relacionados aos princípios que regem a prestação de contas.

¹ Disponível em:

https://portal.tcu.gov.br/uploads/Ferramenta_de_autoavaliacaodo_RG_versao_2023_3f0dfef30a.xlsx

Os resultados dessa avaliação indicam aderência satisfatória em grande parte dos critérios, com destaque para concisão, confiabilidade/completude, clareza, tempestividade e transparência, demonstrando o comprometimento institucional com a comunicação pública e valorização do controle social.

Contudo, cabe registrar que foram identificadas oportunidades de melhorias em alguns subitens dentro de cada princípio avaliado, os quais foram considerados “insuficientes”. Nessas condições, destacam-se:

- Ausência de informações acerca dos critérios de seleção de conteúdo em razão da materialidade.
- O relatório não indica o porquê de as informações apresentadas terem sido as escolhidas para constar do documento.

Além disso, os itens a seguir foram considerados “razoáveis” pela Auditoria:

- Considerações sobre riscos e oportunidades claramente associadas à definição dos objetivos estratégicos e à sustentabilidade dos capitais em razão do uso de seus recursos nos processos produtivos.
- Demonstração de como os recursos ou capitais são utilizados e combinados para produção de bens e serviços.
- Apresentação dos objetivos estratégicos com menção a mecanismos de identificação das necessidades das partes interessadas.
- Contextualização dos objetivos estratégicos e suas metas com cenário externo, com ameaças e oportunidades.

Os itens apresentados são pontos a serem aprimorados para os próximos ciclos, com vistas a fortalecer ainda mais o atendimento pleno aos critérios estabelecidos pelo TCU para apresentação do Relatório de Gestão.

A seguir apresentam-se, de forma resumida, os resultados da análise dos princípios definidos no art. 4º da IN TCU nº 84/2020. Nota-se que a UFSM obteve 80% de aderência geral, com destaques positivos para concisão, clareza, tempestividade, completude, conectividade e transparência.

Tabela 1 – Avaliação dos princípios – Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020 – Art. 4º

Princípios	Pontuação máxima	Pontuação obtida	Percentual de aderência
1. Foco estratégico e no cidadão: Além de prestar contas sobre os fatos pretéritos, os responsáveis devem apresentar a direção estratégica da organização na busca de resultados para a sociedade, proporcionando uma visão de como a estratégia se relaciona com a capacidade de gerar valor público no curto, médio e longo prazos e demonstrar o uso que a UPC faz dos recursos, bem como os produtos, os resultados e os impactos produzidos.	24	15	63%
2. Conectividade da informação: As informações devem mostrar uma visão integrada da inter-relação entre os resultados alcançados, a estratégia de alocação dos recursos e os objetivos estratégicos definidos para o exercício; e da inter-relação e da dependência entre os fatores que afetam a capacidade de a UPC alcançar os seus objetivos ao longo do tempo.	24	20	83%
3. Relações com partes interessadas: As informações devem prover uma visão da natureza e da qualidade das relações que a UPC mantém com suas principais partes interessadas, incluindo como e até que ponto a UPC entende, leva em conta e responde aos seus legítimos interesses e necessidades, considerando, inclusive, a articulação interinstitucional e a coordenação de processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor.	12	7	58%
4. Materialidade: Devem ser divulgadas informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de a UPC alcançar seus objetivos de geração de valor público no curto, médio e longo prazos e com conteúdo relevante para a sociedade, em especial para os cidadãos e	12	8	67%

usuários de bens e serviços públicos, provedores de recursos, e seus representantes.			
5. Concisão: Os textos não devem ser mais extensos do que o necessário para transmitir a mensagem e fundamentar as conclusões.	12	12	100%
6. Confiabilidade e completude: Devem ser abrangidos todos os temas materiais, positivos e negativos, de maneira equilibrada e isenta de erros significativos, de modo a evitar equívocos ou vieses no processo decisório dos usuários das informações.	12	11	92%
7. Coerência e comparabilidade: As informações devem ser apresentadas em bases coerentes ao longo do tempo, de maneira a permitir acompanhamento de séries históricas da UPC e comparação com outras unidades de natureza similar.	12	9	75%
8. Clareza: Deve ser utilizada linguagem simples e imagens visuais eficazes para transformar informações complexas em relatórios facilmente compreensíveis, além de fazer uma distinção inequívoca entre os problemas enfrentados e os resultados alcançados pela UPC no exercício e aqueles previstos para o futuro.	12	12	100%
9. Tempestividade: as informações devem estar disponíveis em tempo hábil para suportar os processos de transparência, responsabilização e tomada de decisão por parte dos cidadãos e seus representantes, dos usuários de serviços públicos e dos provedores de recursos, e dos órgãos do Poder Legislativo e de controle, incluindo as decisões relacionadas ao processo orçamentário e à situação fiscal, à alocação racional de recursos, à eficiência do gasto público e aos resultados para os cidadãos.	12	12	100%
10. Transparência: deve ser realizada a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização e a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, independente de requerimento.	12	09	75%

Total	144	115	80%
--------------	-----	-----	-----

Fonte: Elaborada pela Audin, com base na planilha de autoavaliação do TCU.

2.2 Resultados da avaliação da Auditoria Interna quanto ao conteúdo.

Para essa análise, utilizou-se também, como subsídio, a planilha de autoavaliação disponibilizada pelo TCU. Assim, dos 26 itens do *checklist*, têm-se 23 que são aplicáveis à UFSM, com um total de 69 pontos possíveis, tendo o Relatório de Gestão da UFSM – 2024 - atingido 43 pontos na avaliação da Auditoria Interna, o que representa um percentual de aproximadamente 62% de aderência.

- **Pontos atendidos satisfatoriamente**

O Relatório de Gestão contempla, de forma clara e completa, diversos itens considerados essenciais à caracterização e à transparência institucional. Obteve-se pontuação máxima, por exemplo, nos itens referentes à identificação da Unidade Prestadora de Contas (UPC), bem como à declaração da missão e visão institucionais, o que favorece a contextualização inicial do relatório ao cidadão leitor. Também foram plenamente atendidos os requisitos relativos à disponibilização das principais normas direcionadoras da atuação da Instituição, com os devidos *links* de acesso, e à apresentação do organograma organizacional, incluindo as estruturas de governança existentes, como conselhos e comitês. Ademais, há boa apresentação das principais áreas de atuação da UFSM, organizadas pelos "desafios institucionais", sendo que para cada desafio há metas atreladas, ações desenvolvidas e resultados alcançados, inclusive com série histórica. Esses elementos reforçam o compromisso da instituição com a transparência e adequada prestação de contas à sociedade.

- **Pontos atendidos medianamente**

Na avaliação da Auditoria Interna, alguns itens do Relatório de Gestão foram atendidos de forma parcial, conforme os critérios de avaliação de conteúdo e forma. Dentre eles, incluem-se os aspectos que tratam da mensagem do dirigente máximo; a apresentação do modelo de negócios da UPC; a relação com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços produzidos pela organização; aspectos relacionados aos riscos/oportunidades; além de outros fatores que merecem ser mais bem explorados, como: informações sobre ações de supervisão, controle e de correição; apresentação de informações orçamentárias, financeiras e contábeis.

- **Pontos não atendidos ou avaliados como insatisfatórios**

Embora a maior parte dos itens avaliados esteja contemplada de forma satisfatória ou parcialmente satisfatória no Relatório de Gestão, identificaram-se algumas lacunas pontuais que comprometem a completude das informações exigidas. Não foram evidenciadas

vinculações claras entre os objetivos estratégicos da UFSM e os programas do Governo Federal, como o Plano Plurianual e o Plano Nacional de Educação. A descrição de como a estrutura de governança apoia o cumprimento desses objetivos também se mostrou limitada, especialmente quanto à atuação prática dos atores envolvidos, à escuta das partes interessadas, à gestão de riscos e à supervisão da gestão. Ressalta-se que a governança, a gestão de riscos e o controle interno constituem pilares essenciais para assegurar o alinhamento institucional e o alcance dos resultados esperados, sendo relevante que o relatório explicita de forma mais clara como essas estruturas funcionam na prática.

O relatório também não apresenta as medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados pelo TCU². Além disso, no capítulo das informações orçamentárias, financeiras e contábeis, faltam dados sobre os principais fatos contábeis do exercício, bem como sobre conclusões de auditorias e ações eventualmente adotadas.

A seguir, apresenta-se uma análise sintetizada dos itens de avaliação constantes do Anexo da Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022, que dizem respeito aos elementos de conteúdo do Relatório de Gestão.

² O TCU vem realizando desde 2017 para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular avanços nesse quesito. Em sua última edição, em 2024 (vide Acórdão nº 1913/2024-TCU-Plenário), foram adicionadas práticas relacionadas com a sustentabilidade social e ambiental, compondo o primeiro indicador público federal sobre ESG (“*Environment, Social and Governance*”). A autoavaliação da UFSM pode ser acessada no link: < <https://iesgo.tcu.gov.br/iesgo2024/> >

Tabela 2 - Avaliação dos elementos de conteúdo – Anexo da Decisão Normativa -TCU nº 198/2022

Capítulo	Pontuação máxima	Pontuação obtida	Percentual de aderência
Mensagem do dirigente máximo da unidade	06	04	67%
Visão geral organizacional e ambiente externo: (1) O que é a organização, o que faz e quais são as circunstâncias em que atua?; (2) Qual o modelo de negócios da organização?; (3) Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório de gestão e como estes temas são quantificados ou avaliados?	18	14	78%
Riscos, oportunidades e perspectivas: (1) Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade de a organização gerar valor em curto, médio e longo prazo e como a organização lida com esses riscos? (2) Quais os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao buscar executar seu plano estratégico e as potenciais implicações para seu modelo de negócio e desempenho futuro?	12	6	50%
Governança, estratégia e desempenho: (1) Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá? (2) Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo? e (3) Quais os principais resultados alcançados e até que ponto a organização alcançou seus objetivos no exercício?	18	11	61%
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis: Quais são as principais informações orçamentárias, financeiras e contábeis, inclusive de custos, que dão suporte às informações sobre o desempenho da organização no período? (A evidenciação deve contemplar as principais unidades que compõem a UPC, de forma individual e agrupada,	15	06	40%

de acordo com a materialidade e a relevância para os resultados do conjunto).

Fonte: Elaborada pela Audin, com base na planilha de autoavaliação disponibilizada pelo TCU (com adaptações), conforme Decisão Normativa -TCU nº 198/2022.

Destaca-se, por fim, que a opinião expressa pela Audin neste Parecer refere-se apenas ao Relatório de Gestão Integrado – Exercício 2024, que se constitui como uma das peças que integram a prestação de contas, não abrangendo as demais informações que a compõem. Consigna-se, também, que a planilha contendo a avaliação completa da Auditoria Interna encontra-se anexada ao Processo 23081.047454/2025-53.

3 CONFORMIDADE LEGAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Em relação à conformidade legal dos atos administrativos, a opinião da Audin é baseada nos trabalhos de auditoria executados no ano de 2024. Ou seja, esta etapa do parecer busca identificar se, nos trabalhos de auditoria realizados, o gestor ou o setor auditado, realizou seus atos administrativos em observância à legislação correlata.

Os trabalhos de auditoria previstos no PAINT/2024 e executados pela Auditoria Interna encontram-se descritos no quadro 1:

Quadro 1 – Serviços de auditoria previstos no PAINT e executados em 2024

Ação do PAINT	Objeto de Auditoria	Situação
-	Auditoria Financeira Integrada com Auditoria de Conformidade	Concluído
13	Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) na UFSM	Concluído
14	Obras e reformas	Confecção do Relatório Preliminar
15	Concessão de auxílio socioeducacional	Concluído
16	Formalização e execução de acordos e projetos com financiamento externos	Concluído
17	Complexo Multicultural (Antiga Reitoria)	Concluído
18	Registro e emissão de diplomas	Concluído

Fonte: Audin/UFSM (2024).

Como se pode observar, foram concluídos 05 (cinco) trabalhos previstos no PAINT 2024, sendo que um se encontra em fase final (relatório preliminar), ou seja, a maioria das ações previstas foi executada. Registra-se, ainda, a realização da Auditoria Financeira integrada com Auditoria de Conformidade, não prevista inicialmente no planejamento da Audin.

Na sequência, é apresentado um resumo dos trabalhos de auditoria que nortearam a análise deste item do parecer.

3.1 Auditoria Financeira Integrada com Auditoria de Conformidade – [Relatório de Auditoria nº 2024.001](#)

O escopo deste trabalho consistiu na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras da UFSM em relação à legislação vigente e à aderência aos princípios contábeis válidos para a estrutura de relatórios definida pela STN no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.

Os exames foram realizados nas demonstrações contábeis elaboradas pela divisão de contabilidade, com base nas análises dos riscos realizadas pela auditoria, nos Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e nos respectivos testes de controle e substantivos realizados para o exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2023.

Constatou-se que os controles existentes são medianos, entretanto, o atual status dos controles não elidem o aprimoramento dos mesmos, para fornecerem informações atualizadas que comporão relatórios gerenciais, fazendo parte do sistema de informações gerenciais para tomada de decisões.

Verificou-se que existe uma divergência entre o Saldo da Conta dos Bens Móveis e o Relatório RMB, o qual tem sido objeto de ressalvas pelo contador e apontamentos por repetidas vezes nos pareceres e/ou relatórios das demonstrações contábeis da Auditoria Interna.

Identificou-se que foram cancelados restos a pagar Processados e Não Processados Liquidados, no montante de R\$ 1.041.979,53. Em resposta a SA 1609253, a divisão de contabilidade da UFSM informou que o cancelamento desses valores são provenientes do pagamento de diárias que haviam sido registradas em duplicidade, buscou-se a identificação destes beneficiários, sendo estornados esses documentos, a duplicidade pode ocorrer se em algum período houver instabilidade no sistema SCDP-diárias, gerando esses erros.

Os maiores valores referem-se a convênios com a Fundação de Apoio - FATEC, derivados de recursos de descentralização de outros órgãos, em que é preciso liquidar os empenhos para recebimento do valor financeiro para pagamento, a pedido do Setor de Convênios do DCF esses restos a pagar foram cancelados pois houve o vencimento do prazo dos referidos convênios, e a UFSM não recebeu o valor financeiro para o repasse à Fundação. Em ambos os casos ocorreram a fase de empenho e liquidação, sendo classificados conforme o MCASP como Restos a Pagar Processados – RPP.

Também verificou-se que a Geração Líquida de Caixa em 2023 apresentou um superávit

de R\$ 21.137 milhões, comparado ao período anterior, houve uma significativa melhora, com um percentual de 1.796,61%, vez que este item apresentava um resultado deficitário de R\$1.245 milhões.

A partir dessas constatações, foram expedidas recomendações à Gestão, com a finalidade de realização de ações visando a solução da causa da divergência entre o Saldo da Conta dos Bens Móveis e o relatório RMB.

Em termos gerais, foi verificada conformidade dos atos administrativos, tendo sido, porém, identificadas falhas pontuais, ainda que não necessariamente ilegais, mas que necessitam de ajustes, pois indicam inconsistências em controles internos que, em última análise prejudicam a fidedignidade das informações e exigem correções para assegurar aderência plena à legalidade.

3.2 Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) na UFSM – [Relatório de Auditoria nº 2024.002](#)

O trabalho teve como objetivo avaliar os controles internos vinculados aos cursos financiados pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), conduzidos pela Coordenadoria de Tecnologia Educacional (CTE). A auditoria foi realizada em atendimento a solicitações da Gestão Universitária e em razão de ocorrências registradas na Ouvidoria e no Ministério Público Federal (MPF).

O Sistema UAB tem como finalidade fomentar a educação a distância, visando à ampliação do acesso ao ensino superior e à redução das desigualdades regionais. Na UFSM, os cursos ofertados por meio da UAB são gerenciados pela CTE, responsável pelos aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos. A instituição, no momento da auditoria, mantinha dois convênios ativos com a UAB, os quais eram administrados por duas fundações distintas: FATEC e FAURGS e envolviam recursos financeiros de grande vulto.

A análise realizada indicou a necessidade de aprimoramentos em alguns processos, como os de seleção, gestão de bolsas e otimização da utilização dos recursos financeiros disponíveis. Também foram identificados pontos de melhoria em controles internos que não estavam inicialmente contemplados no escopo da auditoria, como aqueles relacionados à definição dos serviços prestados pelos motoristas.

Entre os problemas observados, destacaram-se a falta de clareza nos procedimentos de seleção de bolsistas, a duplicidade de pagamentos de diárias e a ausência de planejamento adequado para os deslocamentos de servidores, o que resultou em custos desnecessários.

Verificou-se, ainda, que os mecanismos de transparência adotados eram insuficientes

para atender, de forma plena, às exigências legais. As informações disponibilizadas ao público não contemplavam integralmente os requisitos normativos, sendo recomendável a adoção de medidas que assegurem maior aderência aos princípios da eficiência e da transparência.

A auditoria concluiu que, embora tenham sido observados avanços importantes nos controles internos adotados pela UFSM, permaneciam fragilidades que comprometiam sua plena eficácia. Dessa forma, as observações e sugestões apresentadas no relatório tiveram como propósito contribuir para o aprimoramento das práticas institucionais, promovendo a mitigação de riscos e o fortalecimento dos mecanismos de governança e controles internos.

A partir do exposto, foram identificados atos administrativos em desacordo com normas legais e constitucionais, como: ausência de critérios objetivos na seleção de bolsistas, em afronta ao princípio da impessoalidade (art. 37, CF); duplicidade de pagamentos de diárias, configurando potencial despesa indevida; e fragilidades na transparência ativa, em desconformidade com a Lei nº 12.527/2011. Tais inconformidades demonstram que os controles internos foram insuficientes para garantir a legalidade plena dos atos praticados.

3.3 Registro e emissão de diplomas – [Relatório de Auditoria nº 2024.003](#)

O trabalho de auditoria teve como objetivo avaliar os procedimentos e controles internos implementados na emissão e registro de diplomas digitais de cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bem como no registro de diplomas digitais de instituições não universitárias realizado pela UFSM.

O relatório apresentou os resultados da análise dos controles internos praticados pela instituição, tendo como foco o objeto especificado. Os processos de emissão e registro de diplomas digitais dos cursos de graduação atendem parcialmente o que determina a legislação (Portaria 1.095/2018 e Portaria 554/2019 do MEC).

Na consulta ao Portal de Conformidade do MEC, todos os processos do ano de 2022 apresentaram diplomas digitais inválidos. A constatação relatada, representa um erro de validação ou leitura do XML no próprio sistema da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), não sendo um caso isolado da UFSM.

No entanto, na amostra examinada de 2023 e 2024, todos os diplomas digitais analisados constam como válidos no Portal de Conformidade do MEC, demonstrando a eficiência nos controles internos aplicados aos processos de emissão e registro de diplomas digitais.

No que se refere aos processos de registro de diploma digital de instituição não universitária, constatou-se que estão em conformidade com a legislação vigente.

No âmbito das normativas internas, observou-se ausência, uma vez que os processos de emissão e registro de diplomas digitais não possuem normativos internos que o regulamente, o mesmo ocorria com o registro de diplomas digitais de instituições não universitárias que recentemente foi regulamentado pela Resolução UFSM nº 163, de 9 de julho de 2024.

Por último, a partir deste trabalho, almeja-se contribuir para melhorias nas rotinas dos processos de emissão e de registro de diplomas, oferecendo uma análise técnica e imparcial dos pontos que necessitam de aprimoramento nos controles internos. Ademais, ao alinhar suas práticas aos princípios de governança pública e transparência ativa, a UFSM promove aplicação responsável dos recursos e reforça sua confiança da comunidade acadêmica e sociedade como um todo.

Os apontamentos e recomendações dispostos no relatório visam contribuir para o aprimoramento das práticas da UFSM, promovendo a mitigação de riscos e o fortalecimento dos controles internos.

A auditoria verificou a conformidade legal dos atos administrativos relacionados à emissão e registro de diplomas digitais, concluindo que, de modo geral, os procedimentos adotados estavam em conformidade com a legislação vigente.

3.4 Concessão de auxílio socioeducacional – [Relatório de Auditoria nº 2024.004](#)

O trabalho teve por objetivo avaliar os mecanismos de controle praticados pela Gestão nas concessões de auxílios assistenciais a alunos com Benefício Socioeconômico – BSE na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Esta ação foi incluída no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2024, devido à avaliação de riscos. Além disso, o objeto auditado é estratégico para a Gestão, posto que a assistência estudantil é serviço de apoio ao ensino que visa auxiliar o corpo discente em sua permanência na Universidade e, por conseguinte, em sua formação integral.

Das análises, foi possível constatar que, embora a UFSM atue em conformidade com os eixos do PNAES, foram identificadas fragilidades no processo de planejamento, transparência e normatização dos auxílios da assistência estudantil.

No aspecto orçamentário, constatou-se que a ausência de estudos sobre a demanda social discente, aliada à falta de critérios objetivos podem estar comprometendo a alocação eficiente e isonômica dos auxílios.

Quanto à transparência, apesar das ações já empreendidas, como a disponibilização do painel de acompanhamento dos pagamentos de auxílios e bolsas, há oportunidades para ampliar a visibilidade dessas informações, garantindo sua publicação em locais de fácil acesso ao

público e disponibilizando ferramentas mais intuitivas para extração e uso dos dados.

No âmbito das normativas internas, observou-se insuficiência, uma vez que os auxílios estudantis carecem de regulamentação mais robusta sobre os critérios de acesso e permanência. Por fim, embora não tenham sido constatadas irregularidades nos atos relacionados à operacionalização dos pagamentos, foram observadas falhas na instrução dos processos e aprovação de prestação de contas as quais podem, em última análise, ensejar riscos de concessões e pagamentos indevidos.

Os apontamentos e recomendações expedidas pela Auditoria visam contribuir para o aprimoramento das práticas da UFSM, promovendo a mitigação de riscos e o fortalecimento dos controles internos.

Em linhas gerais, não foram identificadas desconformidades legais nos atos praticados, embora tenham sido constatadas oportunidades de melhoria nos controles e processos.

3.5 Formalização e execução de acordos e projetos com financiamento externo – [Relatório de Auditoria nº 2024.006](#)

O escopo deste trabalho consistiu em avaliar os controles referentes a formalização, fiscalização e acompanhamento dos projetos com financiamentos externos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Essa ação foi desenvolvida na Pró-Reitoria de inovação e empreendedorismo (PROINOVA), onde se encontram os controles Formalização e execução de acordos e projetos com financiamento externos da UFSM.

Verificou-se que a Proinova possui controles que contribuem para o processo de formalização dos projetos com financiamentos externos, entretanto, os recursos tecnológicos precisam ser aprimorados de modo a facilitar o controle e acesso às informações. Apurou-se a falta de uma política de gestão de riscos que elida possíveis erros na formalização dos projetos com financiamentos externos.

Também foi identificado que tanto a Proinova quanto as fundações de apoio adotam uma política de transparência na divulgação das informações relativas à formalização dos projetos com financiamentos externos, a exceção de algumas documentações, as quais necessitam serem disponibilizadas na transparência ativa. Foi verificado que os recursos tecnológicos precisam ser aprimorados de modo a facilitar o controle e acesso às informações.

Identificou-se que a Proinova adota legislação base para a formalização dos processos dos projetos com financiamentos externos, bem como, foram emitidas resoluções pela UFSM que estabelecem e/ou disciplinam as ações sobre a matéria, constantes no link <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proinova/documentos-oficiais-2>.

Constatou-se que o processo de formalizações dos projetos e convênios com financiamentos externos da UFSM é regular em relação ao estipulado pela legislação interna e externa.

A partir dessas constatações, foram expedidas recomendações à Gestão, com a finalidade de nortear a implementação de melhorias nos processos de formalização e execução de acordos e projetos com financiamento externos.

A Auditoria Interna identificou conformidade legal nos atos administrativos. Foram observadas boas práticas na adoção de normas internas e externas aplicáveis, ainda que tenham sido apontadas oportunidades de melhoria nos recursos tecnológicos e na transparência ativa. As fragilidades identificadas referem-se a aspectos operacionais e não configuram descumprimento legal.

3.6 Gestão do Complexo Multicultural (Antiga Reitoria) – [Relatório de Auditoria nº 2024.007](#)

A Audin realizou a avaliação da gestão do Complexo Multicultural-Antiga Reitoria da UFSM, a qual está vinculada à Pró-Reitoria de Extensão (PRE) da UFSM. Considerando as análises e testes de auditoria realizados neste trabalho, constatou-se com base nas ações realizadas em 2024, que o complexo apresenta sérios problemas estruturais.

Identificou-se por meio de inspeção in loco do Complexo Multicultural, condições precárias da infraestrutura, como telhado comprometido, aberturas emperradas e com ferrugem e vidros danificados, alagamentos, instalações elétricas expostas e desencapadas e infiltrações em tetos e paredes.

Atualmente, a necessidade de reforma está sendo suprida por manutenções pontuais realizadas por um funcionário terceirizado, o qual atende as demandas por reparos e consertos momentâneos que surgem no dia a dia. Contudo, o serviço de reparo/manutenção não supre as demandas necessárias para a segurança dos usuários, assim como não impede a ocorrência de sinistros no complexo multicultural.

O item 10.4.4 da Norma Regulamentadora (NR) 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, cita que as instalações elétricas devem ser mantidas em condições seguras de funcionamento e seus sistemas de proteção devem ser inspecionados e controlados periodicamente, de acordo com as regulamentações existentes e definições de projetos.

Dentre os locais visitados pela auditoria, durante inspeção in loco no Complexo, está o 7º andar do prédio, o qual era ocupado pelo curso de Odontologia da UFSM. Identificou-se, nas

salas/espços, uma srie de documentos (aparentemente, pronturrios de pacientes), alm materiais permanentes (inservveis) e restos de materiais variados em stgio avanado de deteriorao.

Identificamos tambm, a existncia de salas/espços totalmente ociosos, alguns deles, como o Garajão e a antiga CESMA (Cooperativa dos Estudantes de Santa Maria), em precrias condies de conservao, apresentando acelerada deteriorao decorrente às aes do tempo e um aspecto de abandono. Segundo Acórdão nº 3146/2021 – TCU – Plenrio, a ociosidade de imveis pblicos, ausncia de um bom gerenciamento de tais espços, bem como demora na tomada de providncias quanto à efetiva utilizao/destinao dessas edificaes; tem por conseqncia a ocorrncia de roubos, furtos e depredaes.

Quanto aos acessos ao complexo, constatou-se a existncia de vigilncia terceirizada na entrada principal do Complexo Multicultural. Por outro lado, a rea reservada à entrada de veculos, apresentou fragilidade em seus controles de acesso. Embora haja uma cmera de segurana, no foi detectada a presena de vigilantes no local.

A verificao revelou que o complexo multicultural no apresenta PPCI (Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio). Conforme Lei Complementar Nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013, a qual estabelece normas sobre segurana, prevenao e proteao contra incndios nas edificaes e reas de risco de incêndio no estado do Rio Grande do Sul, estabelece em ser art. 4º, que as edificaes e reas de risco de incêndio devero possuir Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (APPCI), expedido pelo CBMRS.

Verificou-se que a Pró-Reitoria de Extensao (PRE) no possui os riscos do Complexo Multicultural mapeados, conseqentemente no é realizada a gesto dos riscos dessa unidade. Ocorre que a IN nº 1/2016, que dispe sobre controles internos, gesto de riscos e governana no âmbito do Poder Executivo Federal, menciona em seu art. 3º que os rgãos e entidades do Poder Executivo Federal devero implementar o gerenciamento de riscos, estando essa unidade em desconformidade ao preconizado na referida norma.

Assim pode-se concluir que essa auditoria objetivou garantir conformidade com os controles internos vinculados à gesto do Complexo Multicultural-Antiga Reitoria, quanto aos controles das aes de extensao, assim como, quanto as questes relacionadas a infraestrutura.

Dos trabalhos realizados, pde-se observar que, em termos gerais, os normativos vigentes que regulamentam as matrias tratadas nas aes realizadas foram observados pela Instituio e suas reas. O que os trabalhos de auditoria revelaram é a necessidade de aprimoramento de rotinas internas por meio de instituio de ferramentas de controles e atualizao de normativos internos.

4 PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

Em relação ao exercício financeiro de 2024, ao qual se refere a prestação de contas, importa mencionar que vem sendo executada auditoria de avaliação dos registros contábeis da UFSM, cujo prazo de conclusão está previsto para o mês de julho do corrente ano. O escopo dessa ação envolve a análise direta dos registros contábeis das contas grupos 1 e 2, dos balancetes e do balanço patrimonial. Diante disso, não é possível, por ora, emitir opinião em relação à situação do exercício de 2024.

Todavia, por oportuno, consigna-se que, em 2024, a Audin executou auditoria de avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras da UFSM em relação à legislação vigente e à aderência aos princípios contábeis válidos para a estrutura de relatórios definida pela STN, tendo sido realizada com base nas demonstrações contábeis e financeiras referentes ao exercício financeiro de 2023. O resultados deste trabalho encontram-se sintetizados no item 3.1 deste relatório.

Consigna-se, ainda, que ao longo do exercício de 2024, foram realizadas ações de monitoramento de recomendações que refletem diretamente na fidedignidade das informações contábeis, a saber:

Quadro 2 - Recomendações com reflexos nas informações contábeis – Situação de Monitoramento 2024

Relatório/Constatação	Recomendações	Situação
Relatório de Auditoria nº 2019.001/ Incompatibilidade nos saldos das contas de ativo permanente existentes no SIE X SIAFI.	Estabelecer fluxo/rotina de trabalho a ser cumprida pela DIPAT, referente ao encaminhamento mensal dos RMBs ao DCF, de modo que se efetue tempestivamente a conciliação contábil, conforme preceitua o item 2.2, da Macrofunção SIAFI 021101.	Em monitoramento (em análise na Unidade de Auditoria)
Relatório de Auditoria nº 2019.001 - Ausência de reavaliações periódicas dos bens móveis permanentes da UFSM	Desenvolver plano de ação, contemplando metodologia de trabalho a ser utilizada, prazos, metas e responsáveis pela reavaliação e/ou redução ao valor recuperável dos bens móveis da UFSM que estejam em discordância com os regramentos contábeis aplicados ao Setor Público.	Em monitoramento
Relatório de Auditoria nº 2022.003 - Discrepância entre os saldos constantes no	Ajustar o saldo das contas do Almoxarifado nos sistemas SIE e SIAFI.	Em monitoramento (em análise na Unidade de Auditoria)

SIAFI em comparação com o RMA do SIE		
Relatório de Auditoria nº 2023.004	Recomenda-se o aprimoramento dos controles internos pelo setor do Patrimônio. A realização de ações visando a solução da causa da divergência entre o Saldo da Conta dos Bens Móveis e o relatório RMB, uma vez que tal divergência tem sido referenciada por repetidas vezes nos relatórios das demonstrações contábeis, sendo objeto de ressalva contábil, e de apontamentos nos pareceres e/ou relatórios da Auditoria Interna.	Em monitoramento

Fonte: Monitoramento de Recomendações no sistema e-CGU.

Por fim, menciona-se que as informações acerca do monitoramento dessas recomendações podem ser consultadas no painel de transparência ativa, disponível na página institucional da Auditoria Interna.

5 ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS

Em relação ao atingimento dos objetivos operacionais da instituição no ano de 2024, não foram realizados trabalhos/ações de auditoria interna específicos sobre auditoria de desempenho. Ou seja, nenhum trabalho de auditoria realizado em 2024 estabeleceu em seu planejamento e escopo avaliar objetivos, metas e indicadores de desempenho. Em pesquisa ao Manual de Auditoria Operacional do TCU (2018), verifica-se que indicadores de desempenho e alcance de metas estão ligadas a auditorias operacionais. Por isso, não é possível emitir opinião sob este aspecto.

Importa registrar que foi incluído no PAINT 2025 auditoria desta natureza – Ação nº 14 – Avaliação do desempenho do Centro de Artes e Letras e Campus Palmeira das Missões na área do ensino.

6 CONCLUSÃO

O presente parecer é uma exigência normativa, conforme estabelecido no artigo 16 da IN 05/2021, e tem como ponto de partida, para análise, o Relatório de Gestão da UFSM, elaborado sob a forma de Relato Integrado. Vale ressaltar que sua elaboração é uma obrigação legal, com o objetivo de declarar e divulgar os atos da instituição de maneira a garantir a

transparência e atender tanto às necessidades da sociedade quanto às exigências dos órgãos de controle.

Verificou-se, de forma geral, aderência satisfatória do Relatório de Gestão aos parâmetros da IN TCU nº 84/2020 e da DN TCU nº 198/2022, no tocante aos princípios, forma e conteúdo exigidos. Ainda assim, foram identificadas oportunidades de aprimoramento, já detalhadas ao longo do parecer.

Tendo por base os trabalhos de auditoria individuais previstos e executados no âmbito do PAINT/2024, com exceção das situações mencionadas neste parecer, em atendimento ao artigo 16 da Instrução Normativa SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021, opinamos, de forma geral, pela adequação e conformidade legal dos atos administrativos.

Em relação ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras, haja vista que se encontra em andamento auditoria de avaliação dos registros contábeis, considerando o ano de 2024, não há, por ora, subsídios para opinar sobre a temática. Contudo, elencou-se que em 2024 foram monitoradas recomendações (expedidas em outros exercícios), que refletem diretamente na fidedignidade das informações contábeis, as quais ainda se encontram em processo de implementação, demandando atenção da Gestão.

Quanto ao atingimento dos objetivos operacionais, esta Unidade de Auditoria abstém-se de emitir opinião, tendo em vista não ter realizado nenhum trabalho na área de avaliação de desempenho e metas na Instituição.

É o parecer.

Camila da Silva Xavier

Auditora-Chefe

Portaria 385/2025